

PENSANDO GÊNERO: MÚLTIPLOS ENTENDIMENTOS

Eixo Temático Estudos Críticos das Heterossexualidades

Marcos Vinicius Dalagostini Bidarte ¹

RESUMO

Este texto teórico busca discutir o entendimento do conceito de gênero em sua transdisciplinaridade, ao enfatizar as contribuições de teóricas inter/nacionais. Para tanto, apresenta-se perspectivas possíveis para a compreensão de gênero dentro das teorias feministas: gênero para além da diferença sexual; gênero como categoria de análise; gênero como performance; e gênero como imposição colonial e permanência da colonialidade. Diante de tais discussões, entende-se a categoria gênero para além de sexo biológico, ao considerar seus aspectos históricos, sociais, culturais, contextuais e relacionais; ela é uma estrutura que possui dimensão central na vida social, podendo ser entendida como papel, identidade, formação discursiva e ainda classificação de corpos sexuais.

Palavras-chave: Gênero; Sexo; Categoria de Análise; Discussão Teórica.

INTRODUÇÃO

A era moderna é marcada por uma série de processos históricos, sociais e culturais, e pela colonização europeia de América Latina, África e Ásia. Com a ideia de modernidade evoca-se o desenvolvimento da industrialização e do capitalismo, e, durante esse período, gênero e raça surgem como dois eixos fundamentais para a classificação hierárquica entre os seres. Com a expansão da Europa e dos Estados Unidos, estabeleceu-se a hegemonia cultural euro-americana em todo o mundo. Gênero e família nuclear são construções socioculturais, conceitos utilizados nas pesquisas em todo o mundo, tidos como universais; entretanto, eles não dão conta para compreender outras sociedades que possuem diferentes organizações familiares.

¹ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Administração e Professor Substituto da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, bidarte.vinicius@gmail.com

A sociedade é representada, na maioria das teorias feministas, como uma

família nuclear, composta por um casal cisheterossexual e seus/suas filhos/as. A família nuclear é uma família generificada. Essa família é centrada em um homem patriarcal, uma mulher subordinada, e os/as filhos/as. Nela, há uma clara divisão sexual do trabalho: o homem responsável pelo sustento econômico, e a mulher responsável pelos afazeres domésticos e atividades de cuidado. Gênero é a categoria organizadora fundamental da família, e as suas distinções constituem a fonte primária de opressão e hierarquia dentro da família nuclear. Em boa parte das sociedades ocidentais, acostumou-se a lidar com o binarismo de gênero: homem ou mulher, masculino ou feminino. Deste modo, qualquer coisa que fuja desse binarismo é visto com discriminação e com preconceito.

Para o entendimento do conceito de gênero em sua transdisciplinaridade torna-se necessário colocar a perspectiva histórica em destaque. Esse termo é complexo e pensar sobre ele significa entender o campo de disputas discursivas em que encontra-se inserido. Diante dos referenciais que buscam conceituar/debater gênero há diversas contribuições em distintas áreas do conhecimento. Neste texto teórico, no entanto, foca-se em algumas delas, ao enfatizar as contribuições de teóricas inter/nacionais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para Scott (1995), o termo “gênero” começou a ser utilizado em um sentido mais literal inicialmente pelas feministas estadunidenses, referindo-se à organização social da relação entre homens e mulheres, enfatizando o caráter social das diferenças baseadas no sexo e rejeitando o determinismo biológico subentendido na utilização dos termos “diferença sexual” ou “sexo”. Segundo Lauretis (1994), o conceito de gênero como diferença sexual e seus termos derivados encontravam-se no centro da crítica, quando diversas intervenções feministas foram realizadas na arena do conhecimento formal e abstrato, visto que constituíam limitações do pensamento feminista.

O conceito de gênero estava tão preso à diferença sexual a ponto de se confundir com ela. A imbricação de gênero e diferença sexual precisou ser desfeita e desconstruída, para então começar a pensar gênero a partir de outras visões teóricas (LAURETIS, 1994). A partir das contribuições de Joan Scott (1995) que, em seu texto, apresentou o termo, sinalizou críticas e o elaborou, gênero passa a rejeitar as

explicações biológicas, que definiam homens e mulheres pela genitália, e torna-se uma maneira de indicar construções culturais, ou seja, a criação social de ideias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres nas sociedades, sobretudo ocidentais. Deste modo, gênero é “uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado” (SCOTT, 1995, p. 75).

Scott entende que o conceito de gênero possui duas partes e diversos subconjuntos, que estão interrelacionados e devem ser analiticamente diferenciados. O núcleo desse conceito repousa numa conexão entre as seguintes proposições: “(1) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primeira de dar significado às relações de poder” (SCOTT, 1995, p. 86). O caráter relacional aponta para a existência de diferenciações não somente entre homens e mulheres, mas entre os próprios homens e entre as próprias mulheres. Deste modo, gênero passa a dialogar com outros marcadores sociais, como raça e classe (DAVIS, 2016), sexualidade (BUTLER, 2003), bem como a intersecção entre eles (CRENSHAW, 1989).

O olhar interseccional tornou-se fundamental nos estudos de gênero, a partir das contribuições de Crenshaw (1989), e tem sido uma forma de debate mais integrado das condições de opressão de grupos subalternos, que busca fugir da segmentação ou da hierarquização das diferenças. As posições ocupadas por grupos em relação à raça, gênero, classe e sexualidade se entrecruzam e determinam formas específicas de opressão e de experimentação das mesmas. O construto da diferença dicotômica por oposição, é um eixo epistêmico central em sistemas de opressão (COLLINS, 2016). A interseccionalidade, por outro lado, sugere, por exemplo, que raça traga discussões de classe e gênero, ou outras combinações possíveis, desde que estejam em um patamar de igualdade analítica.

Lauretis (1994), por sua vez, nos ajuda a pensar gênero em suas reflexões sobre as produções socioculturais e os meios de comunicação como tecnologias de (re)produção de um sistema binário de sexo/gênero. Ela utiliza o termo “tecnologia do gênero”, ao tratar sobre um mecanismo que aciona práticas, discursos, procedimentos e técnicas para produzir sujeitos que se identifiquem como homens e mulheres e para diferenciar masculino e feminino. Dentro dessa perspectiva, Lauretis elabora e discute proposições sobre gênero, as quais orientam o sentido do termo “tecnologias de gênero”.

Gênero, na visão de Lauretis (1994), é produto de várias tecnologias sociais –

tais como sistema educacional, família, mídia, internet, cinema, rádio, religião, arte, televisão, literatura, jornais –, e de diversas epistemologias e práticas críticas institucionalizadas, bem como práticas da vida cotidiana. Em conjunto, elas formam discursos que se apoiam nas instituições do Estado, reproduzindo modelos de ser e agir, criando as categorias mulher e homem para todas os sujeitos e naturalizando os gêneros; nesse processo, somos todos interpelados pelo gênero. Deste modo, gênero acaba marcando os sujeitos, aprisionando-os em uma forma imaginária de existência onde há apenas duas únicas categorias – masculino e feminino; homem e mulher –, fruto de produções ideais do sistema sexo/gênero. Entretanto, como essa forma imaginária de existência é uma produção, logo pode ser mutável.

Frente aos modelos preestabelecidos nas sociedades ocidentais de como as pessoas devem ser e agir, indicados através de imagens subjetivas ou concretas, Butler (2003) propõem uma nova abordagem sobre a dualidade sexo/gênero, de modo a incluir nas discussões contemporâneas o tema sexualidades. Segundo a autora, estamos ainda aprisionados por dois sistemas: o binário sexo/gênero e o heteronormativo, os quais produzem desigualdades e opressões entre as pessoas e, como consequência, poder de umas sobre outras. Suas contribuições dão visibilidade para àquelas pessoas que não se encaixam na norma, no padrão de gênero binário, ocidental, branco, heterossexual, classe média, não portador de deficiência.

Em boa parte das sociedades ocidentais, há uma matriz heterossexual, enquanto modelo discursivo hegemônico, que atua de forma compulsória, exigindo coerência entre sexo e gênero, ditando identidades e distinguindo existências “normais” e “anormais”. Deste modo, impõem-se a heterossexualidade como norma e o masculino como atribuição de superioridade. A heterossexualidade como força poderosa acaba considerando as demais formas de sexualidades como anormais, desviantes e inferiores (BUTLER, 2003).

Pessoas com identidades transgêneras (travestis, transexuais, *cross-dressers*, intersexuais) expressam suas identidades de gênero e sexualidades fora dos padrões hetero-cis-normativos impostos, subvertendo a ordem estabelecida, chacoalhando a coerência compulsória, cruzando as fronteiras de sexo e gênero. Em razão dessa não coerência, elas são vistas como anormais, excluídas, marginalizadas, e mortas. O Brasil, por exemplo, é o país do mundo mais perigoso para ser LGBT+; para a população trans,

somente no ano de 2019, foram contabilizados 118 assassinatos, segundo dados da ANTRA (2020).

Em seu estudo, Butler (2003) traz a proposição de gênero como uma representação performativa, sendo criado mediante performances sociais contínuas e imposto pelas práticas reguladoras da coerência do gênero, de como uma pessoa fala, anda, se veste, se comporta. A ação do gênero requer uma performance repetida, e essa repetição, ao mesmo tempo que é reencenação de um conjunto de significados já estabelecidos socialmente, é também uma nova experiência de performance.

Em outra perspectiva teórica, o feminismo descolonial é uma forma de compreender a opressão de mulheres subalternizadas através de processos combinados de colonização, racialização, exploração capitalista e heterossexualismo. Diversas autoras (LUGONES, 2014; OYĚWÙMÍ, 2004) afirmam que tanto sexo como gênero são imposições coloniais, visto que a organização do social em termos de sexo é dimórfica, relacionando o macho ao homem e a fêmea à mulher; e a organização do social em termos de gênero é dicotômica e hierárquica.

Lugones (2014, p. 941) denomina “colonialidade do gênero” como a análise da opressão de gênero racializada capitalista; e de “feminismo descolonial” a possibilidade de superar a colonialidade do gênero. Para a autora, “a colonialidade do gênero ainda está conosco; é o que permanece na intersecção de gênero/classe/raça como construtos centrais do sistema de poder capitalista mundial” (p. 939). A permanência dessa colonialidade se manifesta na forma como tais marcadores sociais interagem para subalternizar determinados grupos de pessoas em benefício do grupo dominante; por isso a exploração de um grupo pelo outro constitui um dos pilares de sustentação do sistema de produção capitalista.

Trazendo para o debate uma perspectiva sobre a colonização do continente africano, Oyěwùmí (2004) interroga gênero e conceitos aliados com base em epistemologias e experiências culturais africanas. Segundo a autora, os estudos de gênero africanos enfrentam um grande desafio: dificuldade em aplicar os conceitos feministas universalmente utilizados para expressar e analisar as realidades africanas. O entendimento de categorias de gênero ocidentais, como homem/mulher e masculino/feminino, é particularmente estranho a muitas culturas africanas, pois “quando realidades africanas são interpretadas com base nessas alegações ocidentais, o que encontramos são distorções, mistificações linguísticas e muitas vezes uma total falta

de compreensão, devido à incômensurabilidade das categorias e instituições sociais” (OYĚWÙMÍ, 2004, p. 8).

Oyëwùmí menciona estudos de outras sociedades africanas que revelam que as categorias sociais africanas são fluidas, não se baseando na natureza dos corpos humanos, e o posicionamento na família é situacional. Por isso que Oyëwùmí (2004, p. 9) é enfática ao afirmar que: “análises e interpretação de África devem começar a partir de África. Significados e interpretações devem derivar da organização social e das relações sociais, prestando muita atenção aos contextos culturais e locais específicos”.

Considerando o exposto até este momento do texto, observa-se juntamente com Bonetti (2016), que o conceito de gênero foi forjado como uma categoria analítica “a partir do acúmulo teórico e histórico do campo de estudos feministas, que é eminentemente interdisciplinar e marcado por uma pluralidade de concepções e perspectivas teóricas” (p. 56). Nesta perspectiva, gênero é “uma ferramenta de análise do mundo social que remete à produção simbólica das convenções de feminilidades e de masculinidades que organizam os modelos e as expectativas de comportamentos e são atravessados pelas relações de poder” (p. 57), sendo criado como ferramenta analítica “para compreender a constituição das desigualdades baseadas na diferença sexual, para entender por que razão, em determinadas configurações sócio-históricas, essas diferenças são transformadas em desigualdades” (p. 59).

Ainda, nesse sentido, Hampe (2016, p. 22), ancorada em Meyer, nos convida a pensar que gênero “é um conceito/ferramenta que questiona a suposta natureza feminina para dizer que gênero é construído na cultura e depende de relações sociais (de poder) para se constituir”. Nesse sentido, Hampe ainda complementa, ao mencionar que “como ferramenta de análise, percebe-se a impossibilidade de universalizar a experiência de gênero, pois este varia de uma cultura para outra, de uma época para outra, mas que a construção cultural traz consigo uma hierarquização dos valores, segundo os quais às atividades/atributos tidos como masculinos se atribui mais valor que às tidas como femininas”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conceituar gênero é uma tarefa complexa. A polissemia de conceitos para gênero de forma alguma esvazia seu conteúdo, pelo contrário, permite sua reflexão,

entendendo como opera ou é operado nas relações subjetivas e/ou sociais, e oferecendo bases epistemológicas críticas para as variadas áreas de conhecimento.

Neste texto, se oferece perspectivas possíveis para a compreensão de gênero dentro das teorias feministas: gênero para além da diferença sexual (LAURETIS, 1994); gênero como categoria de análise (SCOTT, 1995); gênero como performance (BUTLER, 2003); e gênero como imposição colonial e permanência da colonialidade (LUGONES, 2008, 2014; OYĒWÙMÍ, 2004).

Diante disso, deve-se entender a categoria gênero para além de sexo biológico, ao considerar seus aspectos históricos, sociais, culturais, contextuais e relacionais; ela é uma estrutura que possui dimensão central na vida social, podendo ser entendida como papel, identidade, formação discursiva e ainda classificação de corpos sexuados.

REFERÊNCIAS

Associação Nacional de Travestis e Transexuais do Brasil (ANTRA). **Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2019**. São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2020

BONETTI, A. de L. Entre armadilhas ideológicas e confusões propositais: reflexões sobre a polêmica em torno da “ideologia de gênero”. In: SILVA, F. F. da; BONETTI, A. de L. (Orgs.). **Gênero, interseccionalidades e feminismos: desafios contemporâneos para a Educação**. p. 47-62, São Leopoldo: Oikos, 2016.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

COLLINS, P. Aprendendo com a *outsider within*: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Revista Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, p. 99-127, jan./abr., 2016.

CRENSHAW, K. Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. **The University of Chicago Legal Forum**, n. 140, art. 8, p. 139-167, 1989.

DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

HAMPE, F. Sejamos tod@s feministas: interseccionalidade, direitos humanos e educação. In: SILVA, F. F. da; BONETTI, A. de L. (Orgs.). **Gênero,**



interseccionalidades e feminismos: desafios contemporâneos para a Educação. p. 17-33, São Leopoldo: Oikos, 2016.

LAURETIS, T. A tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, H. (Org.). **Tendências e impasses:** o feminismo como crítica da cultura. p. 206-242, Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

LUGONES, M. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 935-952, set./dez., 2014.

OYĚWÙMÍ, O. Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêtricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. In: CODESRIA Gender Series. **African Gender Scholarship: Concepts, Methodologies and Paradigms.** v. 1, p. 1-8. Dakar: CODESRIA, 2004.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez., 1995.